

A Sua Excelência
O Ministro da Economia
Ministério da Economia
Rua da Horta Seca

1200-221 LISBOA

REF: S/00663/2015

26/01/2015

ASSUNTO: Regime excecional de liberação e redução da caução nos contratos de empreitada de obras públicas

Excelência,

A AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços, na qualidade de representante e em defesa dos legítimos interesses das empresas de construção suas associadas, vem junto de Vossa Excelência insistir pela adoção, no território do continente, de um regime excecional aplicável aos contratos de empreitada de obras públicas prevendo a liberação integral da caução um ano após a receção provisória da obra e a redução do valor da caução de 5% para 2% do preço contratual. De igual modo, solicita-se a prorrogação do regime de redução do valor da caução que vigorou na Região Autónoma dos Açores até 31 de dezembro de 2014.

A este respeito salienta-se que na Região Autónoma da Madeira, a caução pode ser integralmente liberada decorrido o prazo de um ano após a receção provisória da obra e o valor da caução foi reduzido de 5% para 2% preço contratual, aplicando-se tal regime excecional e temporário aos contratos celebrados após 15 de maio de 2012 e até 31 de dezembro de 2016 (cf. Decreto Legislativo Regional nº 9/2012/M, de 14 de maio e Decreto Legislativo Regional nº 30/2013/M, de 10 de dezembro).

Na Região Autónoma dos Açores vigora desde 2012 idêntico regime quanto à liberação da caução, mas quanto à redução do respetivo valor para 2%, a medida temporária que era aplicável até 31 de dezembro de 2014 (cf. nº 1 do artigo 24º do Decreto Legislativo Regional nº 2/2013/A), não foi objeto de prorrogação até ao momento.

1

MEMBRO DE:



FEPIOP



No território do continente encontra-se em vigor o Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, que prevê apenas a liberação faseada da caução decorrido um ano contado da data de receção provisória da obra e durante um período de 5 anos.

Ora e dado que as empresas de construção continuam a enfrentar sérias dificuldades em suportar os elevados encargos com a obtenção e manutenção das cauções, a liberação da caução um ano após a receção provisória da obra e a redução do respetivo valor para 2% são medidas da maior relevância e impacto para o tecido empresarial do setor da Construção, não existindo, a nosso ver, qualquer fundamento que justifique a diferenciação dos regimes vigentes no território do continente e nos Açores face ao que vigora na Madeira, uma vez que as razões que presidiram à adoção do regime excecional nesta Região Autónoma se verificam de igual modo em todo o território nacional.

Com efeito, o preâmbulo do Decreto Legislativo Regional nº 30/2013/M, de 10 de dezembro, aplicável até 31 de dezembro de 2016, refere expressamente que visa “*de forma excecional e transitória, dotar as empresas que contratem com contraentes públicos, de mecanismos que lhes permitam diminuir os encargos emergentes da prestação e manutenção de cauções, no sentido de atenuar o impacto da falta de liquidez e da escassez do crédito na sustentabilidade das empresas e, conseqüentemente, nos níveis de emprego*”. É inegável que idênticas razões justificam a adoção generalizada de tais medidas.

Importa referir que em fevereiro de 2014 a AECOPS foi consultada pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI, I.P.) a respeito de um projeto de diploma que estabeleceria um regime excecional e temporário de liberação e redução das cauções prestadas no âmbito dos contratos de empreitada de obras públicas. Contudo, apesar da concordância manifestada pela generalidade das entidades consultadas a respeito do referido projeto, verifica-se não existir qualquer evolução legislativa a este respeito até ao momento.

É, pois, neste contexto, que a AECOPS vem uma vez mais solicitar a publicação urgente de um regime excecional e transitório que preveja a liberação integral da caução um ano após a receção provisória da obra e a redução para 2% do valor da caução inicial e seus reforços, regime esse aplicável aos contratos de empreitada de obras públicas em

execução e aos celebrados até 31 de dezembro de 2016, no território do continente e na Região Autónoma dos Açores.

Certos da boa e urgente atenção que Vossa Excelência não deixará de dispensar à solicitação em apreço, com a premência que a sua importância impõe, e colocando-nos ao dispor para a colaboração que entenda necessária, ficamos a aguardar uma informação sobre o seu seguimento.

Apresentamos a Vossa Excelência os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente da Direção



(Ricardo Pedrosa Gomes)

MEMBRO DE:



FEPICOP

